
As expectativas dos jovens afro-brasileiros sobre a educação técnica de nível médio e o trabalho

Fabiana Santos Costa

Mestranda em Educação- Professora de Metodologia da Língua Portuguesa, Faculdade do Guarujá
Universidade Católica de Santos
Santos – SP [Brasil]
fabiana.santos@uol.com.br

Ângela Maria Martins

Professora Doutora – Orientadora
Universidade Católica de Santos – Unisantos
Santos – SP [Brasil]

Muitos jovens têm a necessidade de conciliar estudo e trabalho, para garantir sua preparação para o mercado profissional e auxiliar em casa. Os alunos afro-brasileiros apresentam uma situação desvantajosa com relação aos não afro-brasileiros, pois, em geral, se encontram em péssima condição social e, conseqüentemente, têm maior necessidade de ingressar no mercado de trabalho mais cedo. Nesta pesquisa, parte-se das seguintes questões: o porquê da escolha do curso profissionalizante e se ele pode facilitar a inserção no mercado de trabalho; quais as dificuldades encontradas durante o curso, e quais as expectativas quanto ao mercado de trabalho, após o término do curso. Buscou-se refletir sobre os sentidos da Educação Técnica para esses alunos e suas expectativas quanto ao ingresso no mercado de trabalho, após a conclusão do curso escolhido. Realizamos um levantamento histórico sobre o afro-brasileiro e sua escolarização, bem como um estudo a respeito da atual reforma do Ensino Técnico e mercado de trabalho. A metodologia utilizada é de estudo de caso, buscando a trajetória de vida (escolar e profissional) dos alunos, por meio da aplicação de questionários e entrevistas, analisando as questões que envolvem escolaridade, raça e mercado de trabalho.

Palavras-chave: Afrobrasileiros. Educação técnica. Mercado profissional.

1 Introdução

Sou pedagoga, leciono na rede privada, nos Ensino Fundamental I e Superior. Minha trajetória profissional iniciou no momento da escolha da carreira a seguir. Como cursei metade do Ensino Médio em uma instituição particular, participei de todos os programas que eram oferecidos para de auxiliar na escolha profissional.

Eu já sabia que queria cursar Pedagogia. Tenho paixão por essa carreira desde que me conheço por gente. No entanto, resolvi participar de um programa de Orientação Vocacional com o intuito de “confirmar” minha escolha. Em vão. No momento da devolutiva, tive uma surpresa: minhas aptidões e interesses estavam voltados (de acordo com o resultado do teste aplicado no programa) para Economia, Matemática e Estatística!

Fiquei desapontada, mas não desisti e me inscrevi para o curso de Pedagogia somente em universidades públicas. Ingressei na UNESP, de Rio Claro, em 1996, e nela dei início à realização de um sonho – o meu sonho.

Fui observando a turma, que iniciou com 40 alunos, e percebendo as dificuldades das pessoas em continuar os estudos (muitos não eram da cidade, não estavam conseguindo arcar com despesas de moradia, alimentação e, principalmente, com materiais para estudo) e necessitavam trabalhar para manter-se. Durante o curso, alguns foram “ficando pra trás”. Na formatura, havia 28 alunos. Percebi que a maioria que desistiu era afro-brasileira¹.

Voltei para a minha cidade natal (Santos) e comecei a trabalhar. Junto com os estudos iniciei um curso de Especialização em Magistério do Ensino Superior na PUC-SP, pois sentia uma forte ligação com os estudantes de nível superior e uma vontade imensa de contribuir

para sua formação. Nele, conheci uma professora que lecionava no programa de pós-graduação da UNISANTOS me incentivou a cursar o mestrado, mas eu ainda não me sentia preparada. Continuei estudando, fazendo cursos de especialização, aperfeiçoamento e extensão, com o propósito de não ficar desatualizada.

Em 2005, ingressei no Mestrado em Educação da UNISANTOS, com um desejo imenso de pesquisar a respeito da educação dos afro-brasileiros, pois venho percebendo, através dos anos, a dificuldade que a maioria das pessoas desse grupo encontra para dar continuidade aos estudos e a necessidade (aparente) de ingressar no mercado de trabalho o mais cedo possível, para auxiliar financeiramente em casa.

Justificativa

Pouco se sabe sobre o início da escolarização do negro no Brasil. O tráfico negreiro teve sua origem no século XIV. Portugal é tida como a principal nação a utilizar-se desse “recurso” em benefício próprio, causando sofrimento e humilhação aos povos da África nas Américas.

O Papa Nicolau V, por meio da bula *Romanus Pontifex*, de 8 de janeiro de 1455, outorgou poderes aos navegantes portugueses para a captura de africanos submetendo-os a um regime de servidão perpétua, contribuindo para que o tráfico de escravos aumentasse.

A expansão marítima colaborou para esse regime de escravidão. Desde a primeira metade do século XV, os negros eram trazidos e obrigados a trabalhar nas plantações ao sul de Portugal, nas minas da Espanha e nos serviços domésticos, em geral, na Inglaterra e na França.

No Brasil, os negros vieram para trabalhar nas grandes fazendas de açúcar. Dessa maneira,

um africano que “vivesse” aqui, “durava” de 7 a 10 anos. Chegar ao Brasil já significava que o negro era “resistente”, pois 40% dos que eram transportados nos navios morriam durante a viagem.

Ao assinar a Lei Áurea, a Princesa Isabel libertou cerca de 750 mil escravos – um décimo da população negra, à época, no Brasil. O que era para ser um benefício para o povo tornou-se um martírio: “[...] os negros foram atirados ao mundo sem nenhuma indenização, garantia ou assistência. Sem condições de concorrer com os imigrantes que possuíam um melhor preparo técnico e apoio governamental, os negros deslocaram-se das fazendas para as cidades onde os aguardavam o desemprego e a vida marginal” (SALVADOR, 2006).

É necessário refletir que “[...] a necessidade de ser liberto ou de usufruir a cidadania quando livre, tanto durante o fim do Império, como nos primeiros anos da República, aproximou algumas camadas negras da apropriação do saber escolar, nos moldes das exigências oficiais” (CRUZ, 2005), embora não haja documentos oficiais quanto a essa inserção nesses períodos.

Durante o Império, implementaram-se, por intermédio das leis do Ventre Livre e de Abolição, meios para que os negros iniciassem seus estudos em escolas; mas, em decorrência das condições materiais, esse direito não pôde ser exercido por muitos.

A partir da segunda metade do século XIX, houve um aumento da participação dos negros nos processos de escolarização.

Algumas pesquisas nos dão informações sobre o Colégio Perseverança ou Cesarino, primeira escola feminina fundada em Campinas, no ano de 1860, e o Colégio São Benedito, criado também nessa região, em 1902, para alfabetizar os filhos dos homens de cor da cidade, ou ainda sobre aulas públicas oferecidas

pela irmandade de São Benedito, em São Luis do Maranhão. Outras escolas são apenas citadas em alguns trabalhos, a exemplo da Escola Primária no Clube Negro Flor de Maio de São Carlos (SP), a Escola de Ferroviários de Santa Maria, (RS), e a promoção de cursos de alfabetização, de primário regular e de um preparatório para o ginásio criado pela Frente Negra Brasileira, em São Paulo. (CRUZ, 2005).

Na década de 1960, há uma expansão do ensino público em seu número de vagas. De acordo com CRUZ (2005), “A problemática da carência de abordagens históricas sobre as trajetórias educacionais do negro no Brasil revela que não são os povos que não têm história, mas há os povos cujas fontes históricas, ao invés de serem conservadas, foram destruídas nos processos de dominação.”

No fim dos anos 1970, percebe-se um grande aumento dos estudantes negros nas universidades brasileiras. Em São Carlos (SP), em 1978, criou-se o primeiro grupo de negros que se utilizavam do espaço universitário para discutir temas relacionados à temática: Negro e Educação. Esse grupo recebeu críticas, mas não se intimidou. Nesse mesmo período, surgiu o primeiro artigo sobre o assunto, publicado nos Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas. Em 1998, obteve-se o reconhecimento oficial da temática, tendo um concurso organizado pela Ação Educativa e Fundação Ford (Anped).

De acordo com Kuenzer (2004), pesquisas realizadas pela Fundação Carlos Chagas nos anos 80 mostram a visão da educação *versus* mundo do trabalho e merecem ser lembradas, pois os alunos que trabalham sabem que a margem de sua liberdade é muito estreita, com limites bem claros, e a política de profissionalização mostra que o Ensino do antigo 2º grau não se ampliou significativamente, além de não

se ter caracterizado como educação geral nem como profissional.

A autora também afirma que é necessário encontrar alternativas concretas para o Ensino Médio com relação à Educação Profissional, em conjunto com os trabalhadores, a fim de que se ocupem esses espaços como estratégias aos alunos. Ela também indaga quais formas de organizações e condições materiais foram criadas para permitir a elaboração de uma proposta para os que vivem do trabalho.

De acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) (2005): “Embora a segregação racial esteja presente em várias manifestações e estruturas da sociedade brasileira, o mercado de trabalho tem sido uma das esferas em que se distingue com mais clareza a eficiência dos mecanismos discriminatórios. No mercado de trabalho, fatores apenas aparentemente objetivos se tornam requisitos que hierarquizam as diferenças naturais entre trabalhadores e, no caso do Brasil, colocam os negros em situação nitidamente desvantajosa em relação aos não negros. Nesse quadro, as exigências de escolarização têm desempenhado papel relevante”.

De acordo com a PED, as taxas de desemprego dos negros são maiores do que as verificadas para outros segmentos da população – indicam a situação extremamente desfavorável à obtenção de trabalho enfrentada pelos afro-brasileiros. Ao se tentar justificar esse fato, verificamos que algumas análises lançam argumentos que responsabilizam a diferença de escolaridade dos afro-brasileiros em relação à população não negra. De fato, os negros possuem menor escolaridade, mas o que se percebe é que não é apenas a escolaridade que influencia, mas também a penalização que o negro sofre desde o início de sua jornada escolar: há o ingresso precoce no merca-

do de trabalho para auxiliar na renda familiar, o que atrapalha os estudos.

As taxas de participação por faixa etária mostram que jovens negros, de 10 a 17 anos, ingressam em maior número no mercado de trabalho do que os não negros. Muitos jovens passam a conciliar – ou pelo menos tentam – estudo e trabalho como forma de garantir sua formação, preparação para o mercado e o auxílio em casa. Dessa maneira, o trabalho pode passar a ser uma atividade com conseqüências negativas para o jovem quando não é possível realizar essa conciliação, levando a uma desmotivação, cansaço e até problemas de saúde. Muitas vezes, os jovens passam a priorizar o serviço, deixando de lado os estudos e abandonando a escola ainda num momento de escolarização obrigatória.

Por outro lado, o grau de competitividade aumentou a demanda por conhecimento, gerando muitas incertezas sobre o futuro. Os trabalhadores devem apresentar, cada vez mais, maior capacidade de adaptar-se às novas tecnologias e mudanças ocorrentes. Com isso, as escolas passam a ser mais cobradas pelas empresas, que buscam novos empregados. Mas como formar um trabalhador capaz de adaptar-se a essa nova realidade? Como adaptar o currículo escolar de forma que esteja sempre atualizado? A escolarização é um fator importante para o ingresso no mercado de trabalho. De acordo com Werthein (1999), “[...] não basta apenas educar. É preciso empregar convenientemente o indivíduo educado, oferecendo aos jovens possibilidades de usar os conhecimentos adquiridos”

Objetivos

Esta pesquisa teve como objetivo central estabelecer uma reflexão sobre os sentidos do

Ensino Técnico para os alunos afro-descendentes e suas expectativas em relação ao mundo do trabalho, e como objetivos secundários, analisar as possibilidades e limites dos cursos técnicos como meio de formação profissional e geral, ou seja, como o curso técnico pode (ou não) facilitar a inserção do jovem afro-brasileiro no mercado de trabalho e verificar os motivos pelos quais esse jovem “optou” por um curso técnico.

Fundamentação teórica

A pesquisa teve como base teórica os estudos feitos por Munanga (2003) e Sarmiento (2002), em que explicitam os conceitos de raça, etnia, nacionalidade e os relacionam com a história do negro e a realidade brasileira; em Cruz (2005), que faz um levantamento histórico sobre a educação do negro no País, e em Kuenzer (2004) e Dowbor (2004), que realizam estudos sobre a relação entre educação profissional, ensino médio e trabalho. Também foram consultados a Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), os documentos oficiais relacionados às políticas públicas educacionais dos governos federal e estadual, bem como os da escola pesquisada.

Procedimentos metodológicos

Este estudo parte da vontade de descobrir os caminhos percorridos por alguns alunos afro-brasileiros em suas trajetórias educacionais no Ensino Técnico de Nível Médio, na Escola Técnica Estadual “Escolástica Rosa” de Santos (SP), durante sua permanência no curso, procurando relacionar as dificuldades encontradas e as expectativas quanto ao mercado de trabalho ao término do curso. Para isso, foi

feita uma revisão bibliográfica, buscando a relação entre negro (passando pela busca da definição de termos como raça, etnia e identidade racial), educação e trabalho.

Estudo de caso, foi baseado nos estudos de Bogdan e Biklen (1994), buscando a trajetória de vida (escolaridade e profissional) dos alunos, procurando analisar as questões que envolvem escolaridade x raça x mercado de trabalho.

O estudo de caso consistiu na observação detalhada de um contexto ou de um indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de um acontecimento específico. Sua área de trabalho é delimitada, apesar de incluir uma variedade de fontes de dados, pois elas não estão isoladas na pesquisa.

Utilizamos as perspectivas histórica (exemplo: as modificações que operaram desde a vinda do negro ao Brasil) e sociológica, (observando a interação dos alunos escolhidos, suas identificações e expectativas), além de entrevista para recolher, a partir da fala do aluno, suas idéias a respeito das questões centrais, também foram analisadas as estatísticas oficiais e atuais como complemento para o estudo.

Partimos da aproximação informal do campo de pesquisa (ETE Escolástica Rosa², em Santos-SP, pertencente ao Centro Paula Souza³), onde se verificou maior quantidade de alunos afro-brasileiros no curso de metalurgia, após aplicação de questionários e de tabulação dos dados. O curso de metalurgia foi escolhido para a realização das entrevistas por possuir o maior número de alunos afro-brasileiros (negros + afrodescendentes) autodeclarados: Metalurgia – noturno (27 questionários aplicados, 59% de alunos afro-brasileiros), Nutrição – noturno (25 questionários aplicados, 4% de alunos afro-brasileiros) e Segurança do trabalho – diurno (30 questionários aplicados, 26% de alunos afro-brasileiros).

Numa etapa seguinte, foram realizadas entrevistas abertas com os alunos, utilizando as seguintes questões centrais:

- Um curso técnico pode facilitar (ou não) a sua inserção no mercado de trabalho?
- Por que escolheu fazer esse curso técnico?
- Como você se vê no processo de escolaridade e quais as expectativas em relação ao mercado de trabalho?

Em seguida foram feitos levantamentos sobre as políticas educacionais atuais do governo, as mais recentes reformas do Ensino Técnico e mercado de trabalho para, enfim, relacioná-los aos discursos da população entrevistada, sobre teoria, realidade observada por meio de visitas à escola e as necessidades do mercado.

Notas

1 Utilizarei aqui o termo “afro-brasileiro” para me referir aos alunos pretos e pardos autodeclarados, visto que assumir-se como negro no Brasil é um processo extremamente difícil, já que os modelos “bons”, “positivos” e de “sucesso” de identidades negras não são muitos, além de pouco divulgados, e o respeito à diferença, em meio à diversidade de identidades raciais/ étnicas, praticamente inexistente e esses alunos que se autodeclararam estão assumindo suas identidades.

No Brasil, a atual classificação racial do IBGE é oficial desde 1991. Essa classificação usa, essencialmente, o fato de a coleta de dados se basear na autodeclaração, ou seja, o indivíduo escolhe, de um rol de cinco itens (branco, preto, pardo, amarelo e indígena) em qual deles se insere. Merece destaque o fato de que a população negra, para a demografia, é o somatório de preto + pardo. Cabe ressaltar, no entanto, que preto é cor e negro é raça. Não há “cor negra”, como muito se ouve por aí, mas, sim, cor preta.

De acordo com Oliveira (2004), embora a ancestralidade determine a condição biológica com a qual nascemos, há toda uma produção social, cultural e política da identidade racial/étnica no Brasil. O conceito de raça é uma convenção arbitrária e pode

ser enquadrada em uma categoria descritiva da antropologia, uma vez que é baseada nas características aparentes das pessoas. Portanto, o uso dos termos raça ou etnia está circunscrito à destinação política que se pretende dar a eles.

2 O Instituto Escolástica Rosa, inaugurado em 1908, foi a primeira escola profissionalizante do Brasil. Idealizado por João Octávio dos Santos, filho bastardo do Conselheiro João Octávio Nébias e da escrava Dona Escolástica Rosa, tinha o objetivo de assegurar educação, cultura e profissão a órfãos e bastardos. Para ingressar, era preciso ser de família sem recursos e ter entre 9 e 14 anos). Funcionava sob a forma de internato. Em 1900, quando o comerciante faleceu, deixou expresso em testamento a construção do instituto (no local onde ficava a chácara de sua família) bem como as determinações de funcionamento. Por ser solteiro e não ter herdeiros, determinou que a Santa Casa de Misericórdia de Santos, do qual foi provedor, administrasse o instituto. Até 1931 o instituto ficou sob a administração da Santa Casa, época em que foi assinado um contrato com o Governo do Estado. Por volta de 1980, o internato foi fechado e a escola passou a ser responsabilidade do Estado. Foi tombado em 1992 e hoje funciona a ETE Dona Escolástica Rosa, que foi integrada ao Centro Paula Souza em 2004, e mantém cursos na área de Nutrição, Metalurgia, Segurança do Trabalho e Administração.

3 O Centro Paula Souza administra 125 ETEs e 26 Faculdades de Tecnologia (Fatecs) no Estado de São Paulo. As ETEs atendem mais de 90 mil estudantes nos níveis de ensino Médio e Técnico, para os setores industrial, agropecuário e de serviços, em cerca de 64 habilitações. Nas Fatecs, mais de 18 mil alunos estão distribuídos em 29 cursos Superiores de Graduação. Está vinculado à Secretaria da Ciência, Tecnologia e Desenvolvimento Econômico do Estado de São Paulo (SCTDE), órgão do governo estadual que tem por objetivo intensificar o desenvolvimento sustentável do Estado, estimular as vantagens competitivas das empresas e dos empreendedores paulistas, incorporar tecnologia aos produtos da região e fortalecer as condições para atração de investimentos no Estado.

Referências

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. *Investigação qualitativa em Educação*. Porto: Porto Editora, 1994.

BRASIL/MINISTÉRIO DE EDUCAÇÃO E DESPORTO/SECRETARIA DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/index>. Acesso em: 6 nov. 2005.

CENTRO PAULA SOUZA. *Escolas Técnicas: ETE Dona Escolástica Rosa*. Disponível em: http://www.ceeteps.br/Ete/Escolas/Santos_ETE_Dona_Escolastica.html. Acesso em: 6 nov. 2005.

CRUZ, M. dos S. Uma abordagem sobre a história da educação dos negros. In:

ROMÃO, J. (Org). *História do negro e outras histórias*. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade/ UNESCO: 2005.

DIEESE/SEADE/M.T.E-/FAT. Desigualdade racial em mercados de trabalho metropolitanos (Roteiro de divulgação). In: *Pesquisa de emprego e desemprego*. 2004.

DOWBOR, L.; FURTADO, O.; TREVISAN, L.; SILVA, H.; (Org.). *Desafios do trabalho*. Petrópolis: Vozes, 2004.

KUENZER, A. Z. Políticas do Ensino Médio: continuam os mesmos dilemas. In: COSTA, A. de O. *Uma história pra contar: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas*. São Paulo: Annablume, 2004.

MUNANGA, K. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-

PENESB-Rio de Janeiro, 5 nov. 2003.

OLIVEIRA, D. C. de et alli. A Positividade e a Negatividade do Trabalho nas Representações Sociais de Adolescentes. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 18(1), 2005, p.125-133.

SALVADOR, S. F. T. *O negro: do Brasil colônia ao Brasil Império*. Disponível em: http://www.ppgte.cefetpr.br/semanatecnologia/comunicacoes/o_negro_do.pdf. Acesso em: 4 abr. 2006.

WERTHEIN, J. *Educação, trabalho e desemprego: novos tempos, novas perspectivas*. Brasília, DF: UNESCO, 1999.

